

AS POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO INTERSETORIAL ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO: transtornos do neurodesenvolvimento e a aprendizagem na escola indígena pataxó - relato de experiência

Autores(as): Julliane Santos Correia ¹; Aline de Oliveira Taukane ²; Ataiane Santos Correia ³; Daniel Santana ⁴; Guilherme Manoel Silva Oliveira ⁵; Maria Teresa de Oliveira ⁶; Naraynam Vieira Santos⁷; Rodrigo da Silva Corrêa⁸; Lívia de Souza Pancrácio de Errico ⁹

Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG¹; Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG²; Licenciatura Intercultural, Ciência Sociais e Humanidades da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG³; Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG⁴; Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG⁵; Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG⁶; Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG⁷; Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG⁸; Tutora do Grupo PET - Odontologia - Conexão dos Saberes Indígenas, UFMG ⁹

jullianesc1@gmail.com¹; alinetaukane@gmail.com²; ataiane.correia@gmail.com³; danielsant1995@gmail.com⁴; guipankararu10@gmail.com⁵; enfmariateresa4@gmail.com⁶; enaraynamvieira2015@gmail.com⁷; dasilvacorreiarodrigo@gmail.com⁸; pancraccioerr@gmail.com⁹

RESUMO: Objetivo: Relatar a experiência de desenvolvimento da relação intersetorial entre saúde e educação na Escola Indígena Pataxó, como parte da atividade de extensão “Territórios Interculturais – a ação indígena na UFMG”, vinculada ao Programa de Educação Tutorial – Odontologia – Conexões dos Saberes Indígenas (PETI/UFMG). **Metodologia:** A experiência envolveu três etapas. 1) **Exploratória:** diálogos com professoras e famílias para identificar dificuldades de aprendizagem e de comunicação escola–família. 2) **Planejamento:** análise conjunta e definição de estratégias de ação. 3) **Ações:** (I) grupo de discussão sobre aprendizagem e saúde mental (ago/2023); (II) roda de conversa com professores(as) em formação e especialista em educação e levantamento de casos de transtornos do neurodesenvolvimento (mai/2024); (III) elaboração de protocolo para registro e encaminhamento de crianças, além de diálogo com famílias sobre apoio escolar. **Resultados:** O estigma em torno da saúde mental surgiu como barreira simbólica para a construção de uma rede de apoio entre escola e família. A ausência da instituição saúde fragiliza os fluxos de diagnóstico e acompanhamento. **Conclusão:** Evidenciou-se a importância de compreender o papel da família no cuidado, promover ações de sensibilização e fortalecer redes de apoio intersetoriais voltadas ao enfrentamento das dificuldades de aprendizagem e dos transtornos do neurodesenvolvimento.

Palavras-chave: intersetorialidade; educação indígena; transtorno do neurodesenvolvimento; rede de apoio.

The Possibilities of the Intersectoral Relationship Between Health and Education: Neurodevelopmental Disorders and Learning at the Pataxó Indigenous School - An Experience Report

ABSTRACT :Objective: To report the experience of developing an intersectoral relationship between health and education at the Pataxó Indigenous School, as part of the extension activity "Intercultural Territories – Indigenous Action at UFMG," linked to the Tutorial Education Program – Dentistry – Indigenous Knowledge Connections (PETI/UFMG). **Methodology:** The experience involved three stages: 1) **Exploratory:** dialogues with teachers and families to identify learning difficulties and school-family communication issues. 2) **Planning:** joint analysis and definition of action strategies. 3) **Actions:** (I) a discussion group on learning and mental health (Aug/2023); (II) a conversation circle with teachers in training and an education specialist, including a survey of learning disorder cases (May/2024); (III) development of a protocol for registering and referring children, alongside dialogues with families about school support. **Results:** The stigma surrounding mental health emerged as a symbolic barrier to building a support network between the school and families. The absence of the health institution weakens the pathways for diagnosis and follow-up care. **Conclusion:** The findings highlight the need to understand the family's role in care, promote awareness-raising actions, and strengthen intersectoral support networks to address learning difficulties and neurodevelopmental disorders.

Keywords: Intersectorality; Indigenous Education; Neurodevelopmental Disorder; Support Network.

Linha temática: Minorias Sociais, Étnicas e Acessibilidade



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XX

Introdução

Os transtornos do neurodesenvolvimento, conforme definidos pelo DSM-5 (APA, 2014), são classificados dentro do espectro dos transtornos mentais e incluem condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtornos específicos da aprendizagem, entre outros. Apesar de suas manifestações variarem de acordo com o grau e o tipo de alteração neurológica, todos impactam significativamente o funcionamento cognitivo, emocional, comportamental e social da criança. Nesse sentido, integram o campo da saúde mental infantil, exigindo uma abordagem interdisciplinar que inclua profissionais da educação, da saúde e da assistência social (BRASIL, 2022).

A escassez de profissionais especializados, como psicólogos e psicopedagogos, e a ausência de materiais adaptados à realidade cultural dificultam a identificação precoce e a intervenção eficaz (SANTOS; FERREIRA, 2022). Além disso, a ausência de discussões sobre saúde mental e dificuldades de aprendizagem nas escolas indígenas contribui para a medicalização dessas situações e consolida a invisibilidade das situações que realmente precisam de cuidados de saúde.

A discussão sobre os transtornos do neurodesenvolvimento na Comunidade Indígena Pataxó de Aldeia Velha, surgiu por meio de conversas com professores da Escola da Comunidade que relataram a insuficiência das discussões sobre a temática no ambiente escolar e as dificuldades em atuarem efetivamente no enfrentamento das situações problemas definidas tanto pela ausência do diagnóstico, pelo processo de investigação, quanto aquelas criadas pela existência de crianças com o diagnóstico. Neste encontro como os profissionais da educação avaliou-se também a urgência em promover os elementos para a realização do diagnóstico participativo, articulando educação, saúde e comunidade, construindo fluxos para a realização do diálogo intersetorial com ações de cuidado respeitadas à cultura e às necessidades da comunidade. Nesse aspecto, destacou-se os serviços de atenção primária, por ser a porta de entrada da população no sistema de saúde, resolvendo as demandas e construindo respostas junto à comunidade.

Diante desse cenário, este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência do desenvolvimento da relação intersetorial entre saúde e educação na Escola Indígena Pataxó como parte da atividade de extensão “Territórios Interculturais - a ação indígena na UFMG”,



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XX

vinculada ao Programa de Educação Tutorial - Odontologia - Conexões dos Saberes Indígenas da UFMG (PETI).

Método

A atividade foi desenvolvida junto ao Povo Pataxó, no Município de Porto Seguro, localizado na região Sul do Estado da Bahia. O município de Porto Seguro possui a segunda maior população indígena do estado, com mais de 17 mil indígenas da etnia Pataxó, apresentando em torno de 20 comunidades indígenas, vivendo em localizações e em situações distintas de processo demarcatório das terras (PORTO SEGURO, 2024). Segundo censo de 2022, a Bahia tem a segunda maior população indígena do Brasil (IBGE, 2022).

O percurso metodológico que orientou o desenvolvimento da atividade de extensão envolveu os seguintes: a) entrada no campo da extensão - caracterizada por abordagem exploratória/escuta das diferentes pessoas e coletivos envolvidos para a descrição da situação problema, identificando as percepções e os significados atribuídos aos fatos. Envolveu ações para a tipificação do problema, repercussões, medidas ou estratégias aplicadas na solução ou remediação dos efeitos do problema. Nesta etapa a estratégia de diálogos com informantes chave, professoras e famílias, permitiu identificar os elementos componentes da barreira simbólica que contribuem para conturbar o diálogo entre professores e familiares sobre a dificuldade de aprendizado das crianças e a pactuação de estratégias de apoio para as crianças melhorarem seu aproveitamento na escola. b) etapa reflexiva - construção temática da atividade de extensão a partir das falas dos participantes - revisão das estratégias empregadas para minimizar ou eliminar a situação problema, apoio ao processo de autocrítica dos participantes buscando a confluência dos olhares - desenvolvimento da ação de extensão I em agosto de 2023: grupo de discussão sobre a temática, organizado em dois momentos, problematização e compartilhamento teórico, envolvendo professores, auxiliares de classe e lideranças da comunidade. Ação II: grupo de discussão - conversando com a família, identificando sua capacidade de apoiar as crianças com dificuldade de aprendizado na escola, desenvolvida em janeiro de 2024. Ação III: roda de conversa com professores(as) em formação e com especialistas em educação. Ação IV em maio de 2024: mapeamento das crianças com suspeita ou diagnóstico de transtornos do aprendizado na escola. Ação IV: protocolo para registro de casos e organização do fluxo para encaminhamento ao serviço de saúde.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XX

Resultados

A realização dos grupos de discussão permitiu identificar uma série de aspectos relevantes sobre o conhecimento, as percepções e os desafios enfrentados por professores, lideranças comunitárias e famílias indígenas em relação aos transtornos do neurodesenvolvimento (TND) e seu impacto no processo de aprendizagem. A dinâmica dos grupos facilitou o reconhecimento, por parte da comunidade escolar, da existência de crianças com dificuldades de aprendizagem, algumas já diagnosticadas com TND e outras ainda em processo de investigação, bem como, permitiu aos professores constatarem a insuficiência da sua formação sobre o tema e expressarem seu interesse em compreender melhor as manifestações clínicas e estratégias pedagógicas adequadas diante dessas situações.

A reflexão nos grupos propiciou o exame das causas do desempenho escolar insuficiente e a constatação do seu caráter múltiplo, podendo ser agrupadas em fatores sócio pedagógicos como falta de apoio familiar, uso excessivo de tecnologias, pobreza, práticas pedagógicas inadequadas, e clínicos. Essa compreensão ampliada permitiu aos participantes diferenciar dificuldades de aprendizagem de transtornos do neurodesenvolvimento, contribuindo para uma abordagem mais sensível e inclusiva.

Os encontros com as famílias também evidenciaram a barreira simbólica que atravessa a situação de aprendizado insuficiente na escola vinculada, principalmente, ao preconceito em torno da saúde mental infantil. Muitos responsáveis hesitam em buscar a assistência à saúde por medo do estigma atrelado às situações de adoecimento mental. Essa resistência impacta diretamente na efetivação do cuidado, interrompendo o fluxo de encaminhamentos mesmo quando há recomendação da escola. Por outro lado, foi apontado as barreiras no acesso aos serviços de atenção ambulatorial e secundário para consultas especializadas com neurologistas, psiquiatras e ou psicólogos, para diagnóstico, tratamento e acompanhamento das crianças com TND. A ausência de psicólogo na comunidade foi apontada como um problema assistencial relevante em função da crescente demanda por diagnóstico e psicoterapia.

Outro aspecto amplamente discutido no grupo com familiares foi a pressão exercida sobre as mulheres como responsáveis exclusivas do cuidado das crianças. As mulheres mães informaram que se sentem sobrecarregadas no cuidado com os filhos, tanto no que diz respeito ao acompanhamento das tarefas escolares quanto no acompanhamento do cuidado à saúde, destacando-se a ausência da figura paterna. Algumas mulheres, mães de crianças portadoras de alguma deficiência, afirmaram que os pais apresentam maior dificuldade em reconhecer as



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XX

necessidades dos filhos com necessidades especiais. Esse dado reforça a urgência de estratégias que promovam a participação ativa dos homens no processo educacional e de cuidado.

A experiência também trouxe resultados transformadores para os participantes, tendo em vista o potencial indutor dos grupos de discussão para o movimento espiral constituído das etapas reflexão-ação-reflexão. Professores relataram mudanças na abordagem com as pessoas indígenas estudantes após os encontros. Um professor da própria escola, também pai, destacou que passou a reconhecer melhor os sinais dos TND e a adaptar sua prática pedagógica. O grupo de professores e professoras apontaram para a necessidade do acompanhamento sistemático das crianças com TND e foi proposto a elaboração de um formulário de acompanhamento dos estudantes com TND. Além disso, as discussões demonstraram a necessidade do fortalecimento da articulação intersetorial entre escola, saúde e família, como eixo fundamental para garantir o desenvolvimento integral das crianças.

Discussão

Os resultados desta experiência evidenciam a complexidade que envolve o reconhecimento e o manejo dos transtornos do neurodesenvolvimento (TND) no contexto escolar indígena. As dificuldades relatadas por professores e familiares para identificar sinais precoces e encaminhar adequadamente as crianças estão em consonância com estudos que apontam a escassez de educação permanente e continuada sobre a temática nas escolas brasileiras, especialmente em áreas vulneráveis (ROSA et al., 2022). Ao mesmo tempo reconhece-se a barreira tênue entre o tratamento médico e a medicalização da escola quando a fragilidade de ambos sistemas, educacional e de saúde, não considera a complexidade do quadro de adoecimento em função das multiplicidade de fatores em ação e sem garantias de acesso ao cuidado interprofissional na saúde (SANTINO 2021, SANTOS 2025, BELTRAME 2019).

Por exemplo, os transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), exigem intervenções interdisciplinares e contínuas para promoção do desenvolvimento infantil (DSM-5-TR, 2022). No entanto, na prática, observa-se um descompasso entre o diagnóstico e o acesso

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XX

ao cuidado, especialmente nas comunidades originárias indígenas, onde o acesso aos serviços especializados é frequentemente limitado (BRASIL, 2022).

A articulação entre os setores da saúde e da educação é essencial para garantir os direitos das crianças com TND. Conforme preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2020), é dever do Estado assegurar suporte pedagógico e acesso a atendimentos especializados, com ênfase na cooperação intersetorial. No entanto, conforme relatado nesta experiência, essa articulação ainda é frágil, outros estudos reportam as percepções diversas sobre os problemas escolares entre educadores, que mantêm a tendência de patologização dos impasses escolares, e os profissionais da saúde, que defendem a abordagem crítica e ampliada dos problemas educacionais (BETRAME 2019). Os impasses definidos pelas restrições no compartilhamento das condutas para a atenção à criança com diagnóstico e em investigação diagnóstica para TND compromete o acompanhamento adequado das crianças, sobrecarrega a escola e as famílias, especialmente as mães.

A sobrecarga materna destacada pelas participantes remete à discussão sobre a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero no cuidado, que ainda recaem de forma desproporcional sobre as mulheres. Estudos recentes confirmam que mães de crianças com deficiência ou TND enfrentam maior nível de estresse, abandono de projetos pessoais e solidão no cuidado (MENDES; BARROS, 2021). A ausência paterna, mencionada nas rodas de conversa, contribui para esse cenário de desigualdade, demandando ações específicas de sensibilização e inclusão dos homens no processo educativo dos filhos.

No contexto indígena, esses desafios acentuam-se, pois a estes se somam as desigualdades históricas, o racismo estrutural, o epistemicídio e à ausência de políticas públicas culturalmente sensíveis. A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2022) reconhece a necessidade de um modelo de atenção que respeite a interculturalidade, o que implica em escutar, dialogar e construir estratégias com base nas demandas da comunidade. A proposta de fortalecer a escola como espaço central de mobilização e construção de pontes entre saúde e educação dialoga com esse princípio.

Ademais, a participação ativa da comunidade nas rodas de conversa corrobora a importância da educação em saúde como instrumento de empoderamento coletivo e defesa de direitos. Como destaca Freire (1987), o diálogo é um instrumento de transformação social quando promove consciência crítica e engajamento político. A escuta ativa, a construção de



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XX

fluxos de encaminhamento e o reconhecimento da escola como ator central na promoção da saúde mental infantil foram elementos-chave emergentes deste processo. Portanto, os achados desta experiência reforçam a necessidade de estratégias de educação permanente e continuada para educadores, fortalecimento da rede intersetorial de cuidado, ampliação do acesso aos serviços especializados e desenvolvimento de políticas públicas que valorizem o protagonismo das comunidades indígenas na construção de soluções contextualizadas.

Conclusão

A experiência relatada demonstra que o enfrentamento dos desafios relacionados aos transtornos do neurodesenvolvimento em comunidades indígenas exige ações que vão além do diagnóstico clínico, demandando uma escuta sensível, estratégias intersetoriais e respeito às especificidades culturais. A realização das rodas de conversa possibilitou não apenas o compartilhamento de saberes entre universidade e comunidade, mas também a criação de espaços de escuta, reflexão e construção coletiva de soluções. Ficou evidente que o fortalecimento dos vínculos entre escola, saúde e família é essencial para garantir o desenvolvimento integral das crianças, especialmente daquelas com TND. A ausência de articulação entre os setores, a sobrecarga de responsabilidade sobre as mulheres e a fragilidade no acesso aos serviços especializados são entraves que precisam ser superados por meio de políticas públicas efetivas, formação continuada de profissionais e valorização dos saberes e protagonismo das comunidades indígenas.

A partir da escuta dos participantes, surgiram propostas concretas como o uso de formulários para registro e acompanhamento de casos, além da reivindicação da presença de psicólogos na comunidade escolar. A iniciativa evidenciou ainda que a ação de extensão pode ser um instrumento potente de transformação social, ao promover a autonomia comunitária, a sensibilização sobre os direitos das crianças e o enfrentamento do estigma relacionado à saúde mental. Nesse sentido, reforça-se a importância de iniciativas extensionistas que reconheçam o território como espaço de produção de conhecimento, promovam o diálogo intercultural e contribuam para o fortalecimento do cuidado compartilhado entre universidade, comunidade e serviços públicos. Conclui-se, portanto, que a atenção às crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, quando feita de forma integrada e culturalmente situada, torna-se um caminho possível para o exercício pleno da cidadania e da justiça social.

Agradecimentos

Agradecemos ao Ministério da Educação (MEC) pelo apoio ao Programa de Educação Tutorial – Odontologia – Conexões dos Saberes Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais (PETI/UFMG), que possibilitou o desenvolvimento desta ação extensionista. Agradecemos também à Escola Indígena Pataxó e à comunidade pela acolhida, pela escuta e pela construção conjunta do conhecimento. Estendemos nossa gratidão aos professores, familiares e lideranças que contribuíram com suas experiências e saberes, fortalecendo o diálogo entre saúde e educação no território indígena.

Referências

ALENCAR, Joelma Cristina Parente Monteiro; BENTES, Lourdes de Vasconcelos; SURUÍ, Matania. **Saberes indígenas na escola e o fortalecimento identitário indígena por práticas curriculares diferenciadas**. *Educazione Aperta*, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 209–220, 2021. Disponível em: <https://educazioneaperta.it/joelma-cristina-parente-monteiro-alencar-lourdes-de-vasconcelos-bentes-e-matania-surui.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BELTRAME, Rudinei Luiz; GESSER, Marivete; SOUZA, Simone Vieira de. **Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 24, p. e42566, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: MS, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança indígena: etnografando com crianças**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1–28, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n3a201>.

COHN, Clarice. **O que as crianças indígenas têm a nos ensinar? O encontro da etnologia indígena e da antropologia da criança**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 27, n. 60, p. 31–59, 2021.

DE FÁTIMA FRANCO, Adriana; MENDONÇA, Fernando Wolff; TULESKI, Silvana Calvo. **Medicalização da infância: avanço ou retrocesso**. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, p. 38–59, 2020.

FERREIRA, Rodrigo Ramires. **A medicalização nas relações saber-poder: um olhar acerca da infância medicalizada**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 4, p. 587–598, 2015.

FREITAS, L. M.; CARRARO, M. B. **Crianças indígenas com deficiência no Brasil: análise do Censo Escolar 2021**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 29, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dFngn9C975bz98sLLdjHCkc>. Acesso em: 21 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022: resultados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARTINS, J. S.; RIBEIRO, C. A. **Psicopedagogia em contextos indígenas: diálogos possíveis**. Teoria e Prática da Educação, Maringá, v. 23, n. 2, p. 77–90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45494>. Acesso em: 21 jun. 2025.

MENDES, Fernanda M.; BARROS, Lílian P. **Mulheres cuidadoras de crianças com deficiência: implicações emocionais e sociais**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 27, n. 1, p. 117–132, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27n1a07>.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares; NETO, Joaquim Shiraishi. **Um pouco além dos territórios: o direito fundamental dos povos indígenas a uma educação diferenciada**. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 18, n. 116, p. 603–632, 2017.

PORTO SEGURO. **Entre cultura e natureza: imersão nas aldeias Pataxós de Porto Seguro**. Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://portoseguro.ba.gov.br/noticia/entre-cultura-e-natureza-imersao-nas-aldeias-pataxos-de-porto-seguro>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ROSA, Priscila C. et al. **Formação de professores para o acolhimento de crianças com Transtornos do Neurodesenvolvimento: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1–18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270013>.

SANTINO, Daisy Aparecida; CIRÍACO, Klinger Teodoro; PRADO, José Henrique. **Interculturalidade e infância indígena no contexto urbano: concepções de um grupo de**

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS:
DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XX**

professoras da Educação Infantil. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 22, p. 653–669, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i2.3019>.

SANTINO, Fernando Schlindwein. **Infâncias indígenas**: jogos, brinquedos e brincadeiras em territórios Pataxó. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Infâncias, Natal*, v. 5, n. 1, p. 140–156, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/infancias/article/view/23414>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, A. P.; FERREIRA, R. L. **Saúde mental e dificuldades de aprendizagem em crianças indígenas**: uma revisão crítica. *Revista de Educação Intercultural, Brasília*, v. 10, n. 1, p. 33–49, 2022.

SANTOS, A. N. S. et al. **Educação escolar indígena** – a disputa entre o saber dos povos ancestrais e a engrenagem da fábrica educativa do capital. *Aracê, [s.l.]*, v. 7, n. 5, p. 23039–23078, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-128>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4952>. Acesso em: 28 jun. 2025.